



# REVITALIZAR OS TERRITÓRIOS RURAIS DESPOVOAMENTO, MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO LOCAL



## FICHA TÉCNICA

**Título:** Revitalizar os Territórios Rurais: Despovoamento, Migrações e Desenvolvimento Local

*Publicado no âmbito do projeto “Qualificar, partilhar e agir – Contributos dos agentes de desenvolvimento rural para a sustentabilidade dos territórios” (PDR2020-20.2.4-FEADER-080365), apoiado pela Medida Assistência técnica RRN - Área 4 (Observação da agricultura e dos territórios rurais) do PDR2020, cofinanciado pelo Estado Português e pela União Europeia através do FEADER.*

**Edição:** Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

**Autoria:** Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

**Fotografias:** Federação Minha Terra, entidades associadas, Câmara Municipal da Covilhã e Câmara Municipal do Fundão

**Design gráfico:** Diogo Lencastre

**Data:** Março de 2025

**ISBN:** 978-989-98813-5-8

# ÍNDICE

<b>Nota de abertura</b> . . . . .	4
<b>Introdução</b> . . . . .	5
<b>Enquadramento</b> . . . . .	6
As migrações: fenómeno intemporal . . . . .	6
Portugal: de país de emigrantes a país de imigrantes . . . . .	7
As migrações e o despovoamento das áreas rurais . . . . .	9
A importância da imigração . . . . .	9
Ameaças e desafios . . . . .	10
<b>Conferência “Despovoamento e migrações”</b> . . . . .	12
Os casos do Fundão e Manteigas . . . . .	12
Notas de Síntese . . . . .	18
<b>Iniciativas das ADL na integração dos imigrantes nos territórios rurais</b> . . . . .	19
O caso do CLAIM de Chaves, dinamizado pela ADRAT . . . . .	19
A experiência do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes – CLAIM Serpa/Pias, da Rota do Guadiana . . . . .	21
<b>Bibliografia</b> . . . . .	23



## NOTA DE ABERTURA

O projeto “Qualificar, partilhar e agir – Contributos dos agentes de desenvolvimento rural para a sustentabilidade dos territórios” tem como objetivos promover a sensibilização, o debate, a capacitação e a divulgação sobre vários temas relacionados com o desenvolvimento sustentável, a revitalização das zonas rurais, a alimentação sustentável e a organização e promoção da produção.

No quadro deste projeto realizou-se em Manteigas, a 21 e 22 de setembro de 2023, o 1.º Fórum sobre “Revitalização das Zonas Rurais”, que incluiu a Conferência “Despovoamento e migrações”, na qual foram protagonistas os presidentes das Câmaras Municipais de Manteigas - Flávio Massano e do Fundão - Paulo Fernandes, com o objetivo de partilhar experiências, perspetivas e objetivos dos respetivos municípios, face às questões da demografia e das migrações.

A escolha destas duas autarquias prendeu-se ao facto de a iniciativa decorrer em Manteigas, um dos concelhos da região que mais população perdeu nos últimos anos, associada ao 1.º Festival da Montanha, e ao facto de o Fundão ser identificado frequentemente como um bom exemplo no que respeita ao acolhimento e apoio à fixação de população estrangeira.

A conversa abordou a atração de imigrantes, em particular em idade ativa, para o interior do país e a sua inclusão e acolhimento pelas comunidades como fator importante no combate ao despovoamento destes territórios, mas também expôs o envelhecimento, cada vez mais acentuado da população. Foi também discutido o papel das autarquias e de outros atores locais nestes processos.

O presente documento inclui um enquadramento sobre a temática das migrações, uma síntese dos trabalhos desenvolvidos na conferência, com destaque para os casos do Fundão e Manteigas, e exemplos de iniciativas das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) na integração dos imigrantes nos territórios rurais.





## INTRODUÇÃO

A demografia é um dos grandes desafios dos territórios rurais. Seja pela perda de população, seja pelo envelhecimento, seja pela chegada de novos residentes com a vinda de um grande número de imigrantes, há algumas novas realidades para as quais os territórios, sobretudo os do interior não estavam preparados.

Pensar e implementar políticas públicas nesta área é essencial. Os Grupos de Ação Local (GAL) no quadro do desenho das suas estratégias de desenvolvimento local (EDL), que construíram para a implementação do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) no quadro do PE-PAC, levam isso em linha de conta como um dos grandes desafios para os territórios, pensando conjuntamente com as suas comunidades em modelos de desenvolvimento integrados, integradores e sustentáveis.

A chegada de imigrantes às nossas comunidades é uma oportunidade para territórios em que a perda demográfica tem sido uma das maiores pressões a que estão sujeitos. Mas, tal como é uma oportunidade, pode também ser um risco se não existirem por parte das entidades locais, sejam públicas ou privadas, políticas para a sua integração aos mais diferentes níveis. A diversidade e riqueza que essas comunidades podem representar, podem ser um foco de tensões sociais no caso de não haver uma lógica de formação e informação sobre o potencial de criação de riqueza que podem significar. Estas comunidades vêm dar resposta a muitas das questões, com destaque para a falta de mão-de-obra que é muito clara nos nossos territórios neste momento, com enormes impactos na nossa capacidade produtiva e conseqüentemente de criação de riqueza. Comunicar e informar as nossas comunidades sobre isto é essencial. Tal como é essencial ter projetos, alguns de carácter piloto, sobre o ensino da língua portuguesa a essas comunidades, de forma que a incapacidade de comunicação não seja o primeiro fator de exclusão.

As nossas escolas voltaram, ao fim de muitos anos de declínio, a aumentar o número de alunos devido à chegada destas pessoas. A Escola, espaço de formação por excelência, tem de ser o primeiro dos espaços de integração. Os GAL, com a relação histórica que têm com as escolas dos seus territórios, têm aqui um papel essencial na implementação de projetos, fazendo uso de duas das principais características da sua intervenção, a inovação e a capacidade da experimentação.

A oportunidade para os nossos territórios não pode ser desvalorizada, a bem do nosso desenvolvimento comum enquanto comunidade alargada que estes novos residentes integram. Não a desperdicemos. As nossas parcerias locais, representativas de um modelo de intervenção – a abordagem LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), podem e devem dar o exemplo dessa capacidade.

**MIGUEL TORRES**

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA FEDERAÇÃO MINHA TERRA



## ENQUADRAMENTO

### AS MIGRAÇÕES: FENÓMENO INTEMPORAL

A palavra migração provém do Latim “migrare”, que significa passar de um lugar para o outro (Priberam, s.d.).

As deslocações, ou migrações, são uma constante na história da humanidade. Saindo de África, há dezenas de milhares de anos, os nossos antepassados espalharam-se por todo o globo, primeiro pela Ásia e Europa, depois pela Oceânia e por fim pela América (Goucher e Walton, 2016).

As causas dessas primeiras migrações são motivo de debate, mas assume-se que poderão estar relacionadas com alterações no clima e no ambiente, catástrofes naturais, a procura por recursos, conflitos ou somente a curiosidade de explorar outros espaços (Leakey, 1995).

Na chamada Antiguidade Clássica os romanos traçaram rotas e construíram estradas, que facilitaram a deslocação entre os diferentes pontos do império e que permitiram o seu desenvolvimento e expansão, mas que resultaram também no seu colapso, já que as tribos germânicas viriam a utilizá-las no seu processo migratório da Europa Central para o resto do continente, durante as invasões bárbaras. (Drake, 2017)

O seguinte movimento migratório mais relevante na Europa ocorreu pouco depois, quando se deu a conquista da Península Ibérica a partir do ano de 711, com a invasão de árabes e berberes, e nas subseqüentes deslocações forçadas pela Reconquista (Miranda, 2011).

A partir do século XV, as grandes navegações europeias desencadearam um intenso processo de colonização, levando europeus para as Américas, África, Ásia e Oceânia (Ancient Origins, 2020). No final do século XIX e início do século XX dezenas de milhões de europeus partiram para o Novo Mundo, um espaço rico em recursos, mas com escassez de mão de obra (Solimano e Watts, 2005). É de notar que neste período de intensa industrialização inicia-se um acelerado processo de êxodo rural, que se mantém até hoje (Weeks, 2012).

Na primeira metade do século XX as duas guerras mundiais constituíram novos momentos de deslocação em massa, com perseguições ideológicas, étnicas e políticas, com expulsões e com reajustes territoriais (Eurocid, s.d.). No pós-II Guerra Mundial, o Plano Marshall de reconstrução da Europa foi responsável por desencadear um importante fluxo migratório, sobretudo intraeuropeu, com programas de recrutamento de trabalhadores do Sul da Europa, mas que procurou também mão de obra da Turquia e do norte de África, nomeadamente de Marrocos (Padilla e Ortiz, 2012).

Na década de 60 a migração na Europa assume duas dimensões distintas, uma de características internas, dos países mais pobres, como Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha, em direção a países como França ou Alemanha e a outra intercontinental, decorrente dos processos de descolonização, que trouxeram mão-de-obra barata das antigas colónias. Este fluxo foi interrompido durante a crise dos anos 70, mas com a entrada em vigor do Acordo de Schengen em 1985 restabeleceu-se a mobilidade dentro do continente.

O início do século XXI insere uma nova dinâmica na migração para a Europa a partir do exterior, convertendo-a num polo de atração para cidadãos vindos da América Latina, África e Ásia (Eurocid, 2022).



## PORTUGAL: DE PAÍS DE EMIGRANTES A PAÍS DE IMIGRANTES

Padilla e Ortiz (2012) identificam quatro períodos que caracterizam a emigração portuguesa. A primeira fase é de migração transatlântica, sobretudo para o Brasil, que decorre até à II Guerra Mundial. A segunda e terceira fase são de cariz intraeuropeu, a primeira inicia-se nos anos 60 e prolonga-se até à Revolução de 1974, predominantemente para França e Alemanha, a que se segue uma outra vaga para outro tipo de destinos no Velho Continente, destacando-se a Suíça, Espanha e Andorra. Ao contrário destas duas vagas, a quarta fase é protagonizada por mão-de-obra altamente qualificada, com características distintas e destinos muito mais diversificados, num mundo altamente “globalizado”.

Segundo o Observatório da Emigração o número total de emigrantes portugueses em 2020 era estimado em mais de 2 milhões, com quase 70% concentrados na Europa, 28% na América e 2% nos restantes continentes. O Banco Mundial estima que em 1960 o número de emigrantes portugueses era de cerca de 900 mil. (Observatório da Emigração, 2024)

Segundo a mesma fonte, no início do século emigravam em média cerca de 40 mil portugueses, valor que foi aumentando até 2009, altura em que se registou um ligeiro decréscimo para no ano seguinte iniciar um período de aumento acentuado, atingindo um pico de 120 mil saídas em 2013, num contexto de crise económica. Os dados mais recentes, referentes a 2022 indicam que nesse ano emigraram mais de 70 mil portugueses, um valor ligeiramente superior ao verificado no ano anterior, mas em linha com o registado antes do início da pandemia da COVID-19.

Já no que concerne à imigração, Portugal é um destino relativamente recente. Até aos anos 90 do século passado o país apresentou um saldo migratório negativo, isto é, as saídas superavam as entradas (Oliveira, 2023).

Portugal tornou-se um país relativamente atrativo sobretudo a partir da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). Até então as maiores comunidades estrangeiras residentes no país eram de origem africana, designadamente das antigas colónias. O número de imigrantes era estimado em cerca de 100 mil em 1990 (Padilla e Ortiz, 2012).





Segundo a mesma fonte, ao longo da década de 90, aos emigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) somaram-se migrantes europeus e brasileiros, respondendo a diferentes necessidades do mercado laboral. Tradicionalmente os emigrantes de origem africana apresentam menores níveis de qualificação, exercendo funções nas áreas da construção civil ou das limpezas e serviços domésticos. Já no caso dos brasileiros, se numa primeira fase ocupariam lugares de qualificação alta e intermédia, destacando-se a medicina dentária, a publicidade e marketing ou a informática, passaram, ao longo da década, a ocupar postos de trabalho menos qualificados (Peixoto, 2002). No que toca aos emigrantes europeus, destaca-se a Europa de Leste, designadamente ucranianos, romenos ou moldavos, que exerciam, numa fase inicial, profissões similares aos dos migrantes originários dos PALOP, sobretudo na construção civil, para posteriormente se verificar uma dispersão por outros setores, apresentando níveis elevados de “desperdício de competências” (Baganha et al, 2004).

A década de 2000 viu também a chegada gradual da comunidade chinesa. Se numa primeira fase a atividade económica se baseava quase exclusivamente no comércio a retalho e na restauração, ao longo do tempo esta foi-se diversificando e a envolver muitos outros setores, como a consultoria fiscal, legal, económica e social, a par de um crescimento dos “imigrantes de negócios”, investidores em áreas como o imobiliário, a energia, a banca ou o turismo, beneficiando dos benefícios fiscais (Gaspar, 2018).

Mais recentemente surgiu, com grande intensidade, a imigração de outros países asiáticos, sobretudo da Tailândia, Nepal, Índia, Bangladesh e Paquistão, mas também de países africanos que não os PALOP, como o Senegal, a Guiné Conacri ou a Gâmbia. Numa primeira fase a sua atividade económica principal era a agricultura, sobretudo no Alentejo. (Orta et al, 2019). Nos últimos anos esta imigração passou a ser mais urbana, com uma concentração muito grande na região de Lisboa. O comércio a retalho (mercearias, frutarias ou lojas de *souvenirs*), a restauração, a distribuição de comida e outros produtos via plataformas de estafetas e os serviços TVDE são as principais ocupações dos imigrantes destas comunidades (Silva, 2023).

Há ainda a referir um importante grupo de imigrantes em Portugal, que na sua maioria não é motivada por questões profissionais, já que corresponde sobretudo a população reformada. Este grupo é composto principalmente por britânicos e por cidadãos de países do centro e norte da UE, como a Alemanha, os Países Baixos ou a França, ou ainda dos países nórdicos, que desde há várias décadas começaram a fixar-se em Portugal, sobretudo no Algarve, na Madeira e nas áreas rurais dos distritos de Coimbra e Leiria (Pinhal Interior Norte) com vista a aqui gozarem a sua reforma, beneficiando do clima, da segurança, dos preços mais baixos dos produtos e serviços, dos cuidados médicos ou da oferta cultural (Sampaio, 2011).

O Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2021 (RIFA 2021), o último publicado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) antes da sua extinção, mostrou que residiam em Portugal nesse ano cerca de 700 mil estrangeiros.

Em 2024, a recém-criada Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) publicou uma nova versão do relatório de acompanhamento da imigração em Portugal. Dados a 31 de dezembro de 2023 apontavam para 1.044.606 estrangeiros residentes, um crescimento de 49% face a 2021. A nacionalidade brasileira era a principal comunidade estrangeira, representando 35% do total de imigrantes. Seguiam-se as comunidades, angolana, cabo-verdiana, britânica, indiana, italiana, guineense, nepalesa, chinesa, francesa e são-tomense.

O estudo da AIMA mostrou que a população imigrante é na sua maioria do sexo masculino (53%) e encontra-se nas faixas etárias da idade potencialmente ativa (80%), com destaque para a faixa etária dos 30 aos 34 anos.

Quanto à distribuição da população estrangeira pelo território nacional, o estudo mostrou que quase dois terços se concentram nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal. Os concelhos com maior número de imigrantes são Lisboa, Sintra, Cascais, Amadora e Porto (AIMA, 2024).



## AS MIGRAÇÕES E O DESPOVOAMENTO DAS ÁREAS RURAIS

O êxodo rural tem raízes no processo de industrialização. As novas oportunidades de trabalho criadas nas cidades levaram muitos a deixar os territórios rurais, num processo conhecido por urbanização ou de êxodo rural. A industrialização foi acompanhada pelo desenvolvimento de atividades administrativas e comerciais, muito mais atrativas que a atividade agrícola, que ainda era predominante nos territórios rurais (IEFP, 2009).

O processo de migração em direção às áreas urbanas inicia-se em Portugal nos anos 60 e intensifica-se a partir dos anos 70, com um crescimento muito acentuado dos subúrbios das duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto.

Na década de 70 Portugal enfrenta o desafio de acolher os muitos milhares de portugueses que viviam em África, forçados a sair na sequência da descolonização. Apesar das tentativas de dispersão pelo território nacional, a verdade é que “o retorno acompanhou a tendência geral das migrações internas no nosso país” (IEFP, 2009:4), isto é, de concentração nas áreas urbanas. Segundo Pires (2003), referido por Delaunay (2022), mais de 50% dos retornados acabaram por se instalar nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, a maior parte dos restantes escolheram outros distritos do litoral (IEFP, 2009).

As áreas rurais eram então triplamente penalizadas, pela emigração para a Europa, pela migração para as áreas urbanas industrializadas, onde se desenvolvia também o setor terciário, e pela incapacidade de atrair a instalação dos “retornados”.

O êxodo da população em idade ativa resultou no envelhecimento e no despovoamento das áreas rurais. As zonas de baixa densidade viram a deslocalização/encerramento de serviços públicos, a perda de massa crítica e de peso nas decisões centrais (Augusto Mateus e Associados, 2017).

Os dados do mais recente recenseamento da população, realizado em 2021, mostram que o fenómeno do despovoamento do interior se mantém. Entre 2011 e 2021 a população diminuiu em mais de 15% em 24 concelhos, e outros 65 viram a população reduzir-se em mais de 10%, a vasta maioria destes concelhos é do interior do país. Também o processo de envelhecimento se acentuou. A população com 65 e mais anos aumentou para 23% enquanto a população jovem, com menos de 14 anos, diminuiu para 12,9%. Oleiros, Alcoutim, Almeida, Pampilhosa da Serra, Vinhais, Penamacor, Sabugal e Vimioso são os concelhos mais envelhecidos, com mais de 600 idosos por cada 100 jovens.

Por outro lado, a população urbana continua a aumentar, nomeadamente nas regiões de Lisboa e do Algarve. Este crescimento prende-se sobretudo com um saldo migratório positivo e não com um crescimento natural, isto é, com um maior número de entradas que de saídas de migrantes e não de um maior número de nascimentos que de óbitos.

## A IMPORTÂNCIA DA IMIGRAÇÃO

É evidente que um número cada vez mais reduzido de habitantes e uma população cada vez mais envelhecida têm implicações económicas, sociais e políticas para o país.

Caso Portugal restrinja a imigração e dependa apenas das suas taxas de fertilidade e mortalidade e não tome medidas para abrandar o ritmo da emigração, o país será incapaz de assegurar a reposição populacional e até 2060 a população passará de 10,4 milhões para 7,8 milhões, com todas as consequências de daí advêm (Cáritas, 2019). A imigração poderá ser uma oportunidade para mudar este paradigma.

Um estudo da Cáritas de 2019 mostra que as razões atuais por detrás dos fluxos migratórios para Portugal são principalmente, e por esta ordem: trabalho, reagrupamento familiar, e educação. Recentemente, a segurança tem surgido também, entre as principais motivações para a escolha de Portugal como destino de imigração.



Para além dos benefícios demográficos, por atenuar o envelhecimento, já que os imigrantes são em geral mais novos, por frequentemente virem acompanhados das famílias (ou por existir reagrupamento familiar posterior) e também por ajudarem a contrariar a baixa natalidade que se vem registado nas últimas décadas, a imigração tem efeitos positivos no plano económico e em muitas outras áreas (Oliveira e Gomes, 2018).

No que diz respeito à imigração laboral, como vimos, a mais expressiva, representa uma contribuição óbvia para a economia, diretamente através do valor acrescentado do trabalho, da contribuição fiscal e para a Segurança Social, e indiretamente através do aumento da produtividade da economia (Oliveira e Gomes, 2018). Há que destacar que a imigração permite colmatar a escassez de mão-de-obra que se regista em vários setores da economia do país.

A 2.ª edição do Barómetro da Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA), realizado junto de mais de 40 empresas em 2024, destaca que 83% das empresas agrícolas do sudoeste alentejano considera os imigrantes essenciais para o sucesso da atividade, a maioria das empresas já têm mais de metade dos seus postos de trabalho preenchidos por imigrantes. No sudoeste alentejano as nacionalidades mais representadas são o Nepal, mencionados por 86% das empresas, a Índia (48%) e a Tailândia (41%).

Relativamente a outras áreas, a imigração tem claros contributos para a expansão da diversidade, na renovação da comunidade escolar/estudantil, nas qualificações, na inovação, na promoção de um ambiente de tolerância ou na abertura do país ao mundo (Alto Comissariado para as Migrações, 2015).

## AMEAÇAS E DESAFIOS

Como vimos, a imigração representa várias oportunidades, todavia existem um conjunto de ameaças, desafios e dificuldades a ultrapassar.

A imigração impede um decréscimo acentuado da população ou permite mesmo o crescimento populacional nalguns territórios, mas o padrão de fixação dos imigrantes não tem possibilitado que tal aconteça em todo o país. Os dados da AIMA mostram que os imigrantes tendem a concentrar-se nas áreas urbanas (AIMA, 2024). Desta forma, acentuam-se os processos de concentração populacional e litoralização, com as áreas rurais a manter uma dinâmica demográfica negativa. Para contrariar este fenómeno, há a necessidade de tornar as áreas rurais mais atrativas para que possam assumir-se como destinos da imigração.

No que respeita ao mercado laboral, entre as principais dificuldades que enfrentam os imigrantes estão a sobre representação nos grupos profissionais da base, os baixos salários, o excesso de horas de trabalho, a instabilidade de vínculos laborais e as maiores exigências físicas no trabalho (Costa et al, 2023).

Outro desafio que se coloca à imigração é a habitação. A escassez da oferta e o preço exacerbado, associados aos baixos salários e à instabilidade laboral, aos critérios de elegibilidade para os apoios sociais à habitação, a dificuldade de financiamento no setor bancário e o exagerado número de cações são dificuldades encontradas, que tornam difícil conseguir habitação condigna, isto resulta em inúmeros casos de sobrelotação e de vida em condições precárias (Casa do Brasil de Lisboa, 2023).

O Barómetro AHSA destaca que a maioria das empresas do sudoeste alentejano (55%) já realizou investimentos em soluções habitacionais para os seus trabalhadores imigrantes, refletindo o seu compromisso com a garantia de condições adequadas e sustentáveis.



Por fim, um importante desafio: a discriminação. Esta é regra geral decorrente da falta de informação da população sobre os benefícios da imigração, do perpetuar de preconceitos e estereótipos, das dificuldades de integração de alguns migrantes, das grandes diferenças entre culturas, hábitos e costumes ou do exacerbar de situações de criminalidade ou delinquência cometidas por imigrantes, que resultam em generalizações e num clima de falsa insegurança (Costa et al, 2023; Casa do Brasil, 2020). Um inquérito de 2017 do Instituto Pew Forum, numa altura em que o número de imigrantes em Portugal não era ainda muito expressivo, mostrava que a rejeição da imigração era um fenómeno pouco prevalente. Nessa altura, 29% dos portugueses defendiam uma diminuição do número de estrangeiros no país, sendo a rejeição maior na Madeira, no Alentejo e no Algarve. Por oposição, a região Centro apresentava a maior percentagem de população que defendia um aumento do número de imigrantes.

Um inquérito Eurobarómetro de 2018 dedicado à integração de imigrantes revelou que os portugueses tinham a perceção de que o número de estrangeiros residentes no país era de cerca do triplo do valor real. Numa nova edição deste inquérito, em 2022, quando questionados sobre a proporção de imigrantes no total da população, 1% subestimava esse valor, 6% tinha a perceção correta, 53% sobrestimava o número de imigrantes e 40% indicaram não ser capazes de fazer uma estimativa.

O Inquérito Social Europeu de 2018/2019 mostrou que 62% dos portugueses apresentam algum tipo de crenças ou preconceitos racistas ou xenófobos, relacionados, por exemplo, com a ideia de que existem sociedades mais inteligentes, mais civilizadas ou moral ou culturalmente superiores a outras. Estes comportamentos são mais comuns entre pessoas idosas. Anteriormente, também o inquérito do Pew Forum mostrou que existe entre a sociedade portuguesa a ideia, ainda que minoritária, de que há nacionalidades, línguas, religiões ou práticas culturais superiores (ou mais válidas) a outras.

O Inquérito às Condições De Vida, Origens e Trajetórias da População Residente (ICOT) promovido pelo INE em 2023 mostra que 16% da população já sofreu discriminação. Entre a população com background imigratório, esta percentagem era quase o dobro. 28% indicaram ter sofrido discriminação baseada no território de origem, 18% referiram como fator o grupo étnico a que pertencem e 17% a cor da pele.

Mais recentemente, em 2024 a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) publicou o “Barómetro da Imigração: Perspetiva dos Portugueses”. O estudo mostrou a existência de atitudes diferentes dos portugueses face à imigração dependendo do país ou região de onde os imigrantes são oriundos. A maioria dos inquiridos defendia uma diminuição do número de imigrantes do subcontinente indiano (61%), do Brasil (51%) e da China (50%), uma opinião minoritária relativamente aos oriundos da Europa de Leste, de países africanos e sobretudo de países ocidentais.

Este estudo mostrou que 68% consideram a imigração fundamental para a vida económica do país e que em geral os portugueses reconhecem a sua contribuição para a Segurança Social, mas que, por outro lado, uma porção significativa vê os imigrantes como uma ameaça a vários níveis. 69% responsabilizam a imigração pela manutenção de salários baixos no país, 67% associam o crescimento da população estrangeira ao aumento da criminalidade, 54% acreditam que a presença dos imigrantes prejudica as oportunidades para que os portugueses consigam melhores contratos de trabalho e 51% acreditam que os imigrantes colocam em causa os valores e tradições portuguesas. Isto demonstra a necessidade de uma maior sensibilização da população para os benefícios da imigração e também para a desconstrução de preconceitos, de melhorar a integração dos migrantes e de promover o diálogo e a interculturalidade.



## CONFERÊNCIA “DESPOVOAMENTO E MIGRAÇÕES”

### OS CASOS DO FUNDÃO E MANTEIGAS

#### Intervenientes:



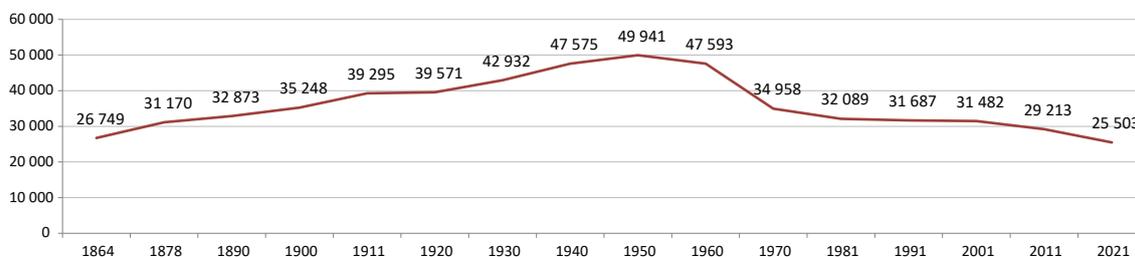
**PAULO ALEXANDRE BERNARDO FERNANDES**, nascido a 05 de junho de 1972 em São Sebastião da Pedreira, licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Desempenha, atualmente, o cargo de Presidente da Câmara Municipal do Fundão tendo já desempenhado o cargo de Vice-Presidente e Vereador de pelouros como o desporto, a cultura e ação social. É fundador e presidente da Rede de Aldeias de Xisto e fundador da Rede Aldeias Históricas de Portugal, entre outros organismos relacionados com o Desenvolvimento Regional.



**FLÁVIO MIGUEL TACANHO MASSANO**, nascido a 28 de março de 1990 em Manteigas, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Pós graduado em Direito Empresarial pela Universidade Católica Portuguesa. Desempenha desde 2021 o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, tendo anteriormente assumido os cargos de Presidente da Estrela Geopark Mundial da UNESCO e da Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra da Estrela.

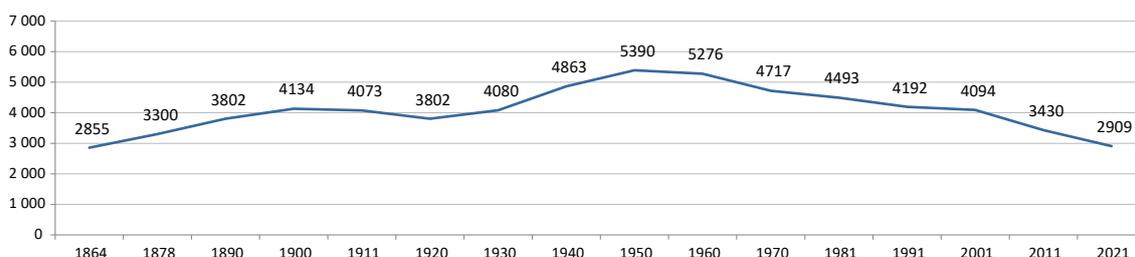
Os concelhos do Fundão e de Manteigas localizam-se na NUT III Beiras e Serra da Estrela, uma das mais afetadas pelos processos de despovoamento e envelhecimento. Os dois concelhos apresentam perda de população desde os anos 60, com uma redução muito significativa da população jovem e em idade ativa.

#### Evolução da população do concelho do Fundão



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

#### Evolução da população do concelho de Manteigas



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)



No caso do concelho do Fundão, após uma redução muito significativa entre os recenseamentos de 1960 e 1970, a população diminuiu de forma constante, mas não muito expressiva até 2001, altura a partir da qual o processo de decréscimo populacional se acelerou. A população jovem, com menos de 25 anos, passou de quase 31% em 1991 para 19% em 2021. Por outro lado, a população idosa, com 65 ou mais anos, passou de 21% para quase 33% no mesmo período. Em Manteigas os processos de despovoamento e de envelhecimento são ainda mais acelerados. A população residente diminuiu 44% entre 1991 e 2021, sendo que nesse período a população jovem passou de 34% para 16% do total, enquanto o peso da população idosa mais que duplicou, passando de 17% para 38%.

### Em 24 municípios, o despovoamento acelerou acima do previsto

Se a população do país está a reduzir, a do interior ainda mais. Em 2019 o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) identificava 126 municípios onde o ritmo de queda poderia ser particularmente preocupante. Projetava-se que esses concelhos pudessem perder 15% ou mais da sua população até 2030.

No entanto em 2023, quando os resultados dos Censos foram conhecidos, verificou-se que em 24 concelhos do interior, essa redução já tinha sido atingida prematuramente, entre eles Manteigas.

#### Evolução da população do concelho do Fundão por grupo etário

Grupo etário	1991		2001		2011		2021	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-14 anos	5 504	17,4%	4 381	13,9%	3 434	11,8%	2 679	10,1%
15-24 anos	4 256	13,4%	4 066	12,9%	2 906	9,9%	2 328	8,8%
25-64 anos	15 108	47,7%	15 420	49,0%	14 780	50,6%	12 882	48,6%
65 ou mais anos	6 819	21,5%	7 615	24,2%	8 093	27,7%	8 614	32,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

#### Evolução da população do concelho de Manteigas por grupo etário

Grupo etário	1991		2001		2011		2021	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-14 anos	830	19,8%	612	14,9%	343	10,0%	214	7,4%
15-24 anos	579	13,8%	546	13,3%	354	10,3%	240	8,3%
25-64 anos	2 088	49,8%	2 063	50,4%	1 745	50,9%	1 355	46,6%
65 ou mais anos	696	16,6%	873	21,3%	988	28,8%	1 100	37,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Ambos os concelhos apresentam um saldo natural negativo, isto é, o número de óbitos é superior ao de nados-vivos.



### Evolução do saldo natural

Concelho	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Fundão</b>	-207	-268	-254	-194	-217	-269	-211	-209	-293	-273	-271	-307
<b>Manteigas</b>	-35	-46	-43	-49	-43	-49	-33	-44	-35	-42	-47	-50

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

No caso do Fundão, o saldo migratório é positivo desde 2018, isto é, o número de pessoas que imigram é superior ao número de emigrantes. No que toca a Manteigas o saldo migratório foi positivo entre 2019 e 2021, mas voltou a ser negativo em 2022.

### Evolução do saldo migratório

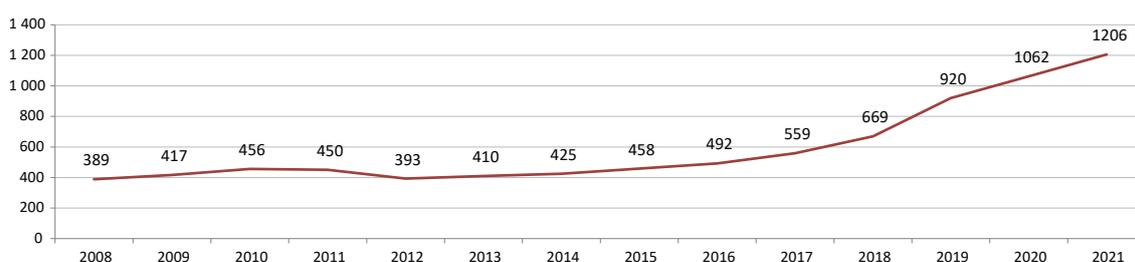
Concelho	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Fundão</b>	-63	-129	-125	-112	-34	-36	-25	9	184	330	267	140
<b>Manteigas</b>	-14	-18	-22	-25	-10	-10	-12	-1	8	6	20	-2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Os Censos de 2021 mostram que nesse ano viviam no concelho do Fundão 863 pessoas de nacionalidade estrangeira, o que representa 3,3% do total da população. Em 2011 a população estrangeira era de 397, o que representava 1,4% dos residentes. No mesmo período, no caso do concelho de Manteigas, o número de estrangeiros residentes passou de 19 (0,6%) para 37 (1,3%).

O SEF publicava anualmente desde 2008, dados estatísticos sobre o número de estrangeiros residentes por concelho a 31 de dezembro.

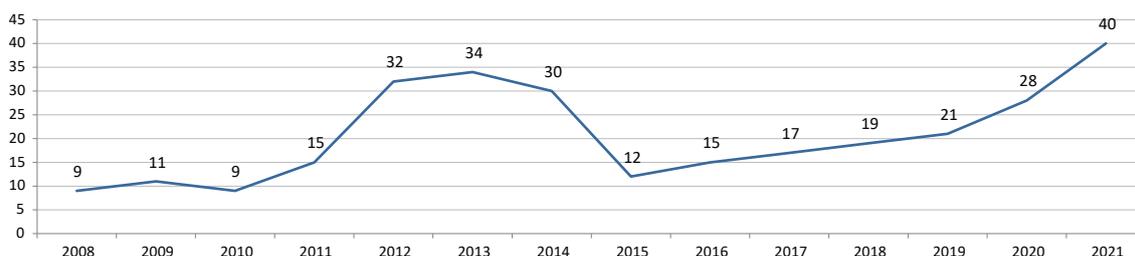
### Evolução n.º de estrangeiros residentes no concelho do Fundão



*Relativamente à estratégia do Fundão, Paulo Fernandes referiu que o Município está a estabelecer protocolos para reduzir a sazonalidade da presença dos migrantes, muito ligada à colheita da cereja nos meses de maio e junho. O objetivo, segundo o autarca, é “criar expectativas de trabalho mais ou menos contínuas, articulando com outros territórios para colheitas em diferentes zonas do país, de diferentes culturas, ao longo do ano”. Foi também mencionado que estão a ser desenvolvidos esforços para estabelecer protocolos para garantir uma migração responsável, algo muito importante para a promoção da marca “Cereja do Fundão”, assegurando não apenas a sustentabilidade na produção, mas também na colheita, isto é, garantir que os migrantes são devidamente tratados e remunerados, apoiando o trabalho digno, legal e com perspetivas de trabalho futuras.*



### Evolução n.º de estrangeiros residentes no concelho de Manteigas



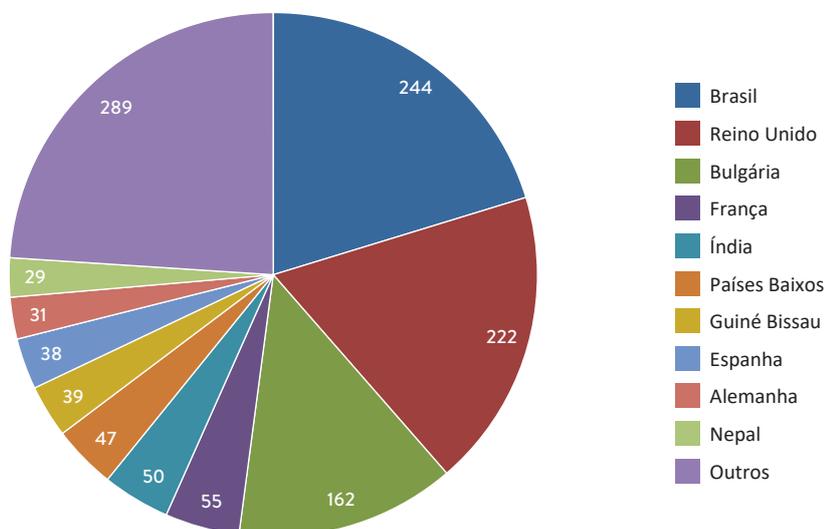
Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

O autarca de Manteigas, Flávio Massano, referiu que o processo de inclusão de imigrantes no concelho está numa fase muito inicial, já que o fenómeno é recente, e que está a ser promovido um processo de aprendizagem/benchmarking com a Câmara Municipal do Fundão, assim como outros territórios com condições demográficas e com potencial similar. O objetivo é “o desenho de uma estratégia de inclusão devidamente adaptada à realidade e às necessidades do concelho de Manteigas”.

Em ambos os concelhos havia mais residentes com nacionalidade estrangeira em 2021 do que em 2008. No que toca ao Fundão o número de residentes estrangeiros aumentou 210% nesse período. No concelho de Manteigas a tendência é menos clara, com um aumento considerável em 2011, mas com uma descida acentuada três anos depois. O SEF mostra a presença de uma comunidade considerável de são-tomenses nesse período, mas a maior parte abandonou o concelho em 2014/2015.

Relativamente aos dados mais recentes, no caso do Fundão no final de 2021 residiam no município 1206 estrangeiros, destacando-se como países de origem o Brasil (244), o Reino Unido (222), a Bulgária (162), a França (55) e a Índia (50). Já no que diz respeito a Manteigas, a 31 de dezembro de 2021 residiam no concelho 40 cidadãos estrangeiros. Os principais países de origem eram o Brasil (17), São Tomé e Príncipe (5) e a França (4).

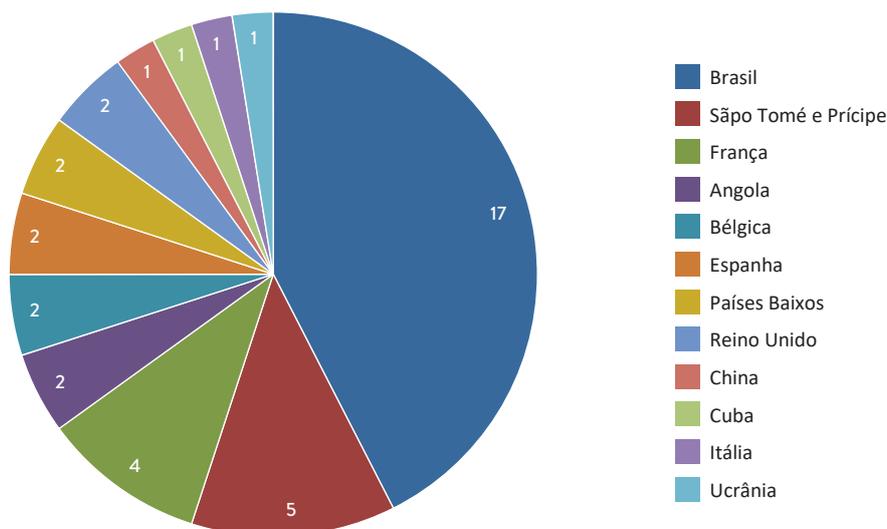
### Nacionalidade dos estrangeiros residentes no concelho do Fundão



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)



### Nacionalidade dos estrangeiros residentes no concelho de Manteigas



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

O concelho do Fundão desperta interesse na população estrangeira por várias razões: nos trabalhadores temporários, sobretudo devido à oferta de atividades agrícolas sazonais, destacando-se claramente a colheita da cereja, nos estudantes, pela proximidade a serviços de ensino e formação, nos requerentes de asilo e refugiados, pelas boas condições de acolhimento e acompanhamento da autarquia e outras instituições com as quais foram celebrados protocolos, nos trabalhadores altamente qualificados, pela crescente instalação na região de empresas com enfoque nas novas tecnologias, mas também nos migrantes “alternativos”, pela disponibilidade de terras a preços acessíveis para a prática da agricultura biológica, agroecologia e outros modos de produção mais sustentáveis e experimentais, mas também para o desenvolvimento de modos de vida mais próximos da natureza ou para práticas de espiritualidade alternativa, frequentemente de forma coletiva.

*Paulo Fernandes destacou que existe uma diferença entre incluir e integrar a população imigrante e que é fundamental não repetir os erros cometidos por outros países, que tornaram os bairros de algumas grandes cidades etnificados e gentrificados, com consequências negativas para os imigrantes e a população local. O autarca referiu também que “interculturalidade e multiculturalidade não são a mesma coisa”, que é importante criar medidas de apoio aos migrantes que promovam o seu bem-estar e igualdade de oportunidades, o que implica soluções específicas, como seja a criação de bolsas de casas para migrantes. Referiu todavia, lembrando alguns exemplos sucedidos no Fundão, que por vezes há dificuldades com alguns hábitos associados a alguns grupos de migrantes, que “causam alguma estranheza ou apreensão na população”, mas que podem ser ultrapassadas, dialogando e sensibilizando ambas as partes.*



### **O Fundão estendeu a mão aos imigrantes e com eles está a salvar toda a região**

Numa cidade do interior convivem 74 nacionalidades. Com um Centro para as Migrações como base, combate-se a desertificação e a falta de mão-de-obra. Como se tornou o Fundão um modelo de integração? **Público, Maio de 2024**

### **Migrantes no Fundão autonomizados quatro vezes mais rápido do que na Europa**

“O nosso prazo para autonomização é inferior a um ano, quando no espaço europeu, em muitos casos em que recebem esses migrantes mais vulneráveis, é superior a quatro anos”, disse o autarca do Fundão. **Observador, Julho de 2024**

### **Fundão premiado pela Fundação Manuel António da Mota pelas suas ações no acolhimento de migrantes**

O Município do Fundão foi distinguido, pelas ações no acolhimento de refugiados e estrangeiros, com o segundo lugar dos Prémios Manuel António da Mota, numa cerimónia que teve lugar no domingo, dia 25 de novembro, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto. **CM Fundão, Novembro de 2024**

Em 2016, na sequência da celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal do Fundão, a Diocese da Guarda e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) foi criado um Centro de Acolhimento de trabalhadores temporários no antigo Seminário do Fundão. Em setembro desse ano foi criada uma residência de estudantes, num protocolo realizado entre a Câmara Municipal do Fundão, a Escola Profissional do Fundão e representantes de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Já em 2018 foi criado um Centro de Acolhimento de Refugiados, para albergar requerentes de asilo. Relativamente aos migrantes altamente qualificados foi criado um sistema de incentivos e uma bolsa de arrendamento no quadro do programa “Move to Fundão” de captação de capital social qualificado para o concelho.

*O autarca do Fundão referiu a falta de capacidade dos Municípios para desenhar estratégias diversificadas para a atração e fixação de população, destacando a necessidade de diferenciação, já que “uma solução que funcione num concelho pode não funcionar noutra.”*

*Segundo Paulo Fernandes vive-se melhor fora das grandes cidades e não há grandes dúvidas quanto a isto, sobretudo depois da pandemia. Isto torna necessário definir estratégias integradas que permitam às pessoas mudar-se para os territórios rurais e usufruir da qualidade de vida que estes espaços oferecem. O edil destacou que é também fundamental não deixar que os que saem dos territórios rurais, principalmente para estudar, não regressem. Segundo o autarca “não podemos prescindir dos nossos jovens, dos nossos talentos”. Isto implica garantir emprego, serviços, habitação e atividades e espaços culturais e de lazer.*

No caso de Manteigas o fenómeno imigratório é menos relevante, sendo o número de estrangeiros, como visto atrás, pouco expressivo. Esta é contudo uma questão importante para a autarquia, conforme indicado na conferência pelo seu presidente.



### **Município de Manteigas lidera programa europeu**

Financiado pelo Programa Europa para os Cidadãos, o projeto CARE – Cultural Action for de refugees in Europe, desenvolvido entre 2018 e 2021 e promovido pelo Município de Manteigas, em parceria com autarquias e associações de outros cinco países europeus (Itália, França, República Checa, Bulgária e Espanha), teve como objetivos fomentar o diálogo intercultural e o humanismo na integração dos imigrantes e refugiados. ***Site da Câmara Municipal de Manteigas, Outubro de 2018***

## **NOTAS DE SÍNTESE**

A conferência “Despovoamento e migrações” serviu de palco ao debate entre autarcas e agentes de desenvolvimento local sobre questões-chave: Como atrair migrantes para o interior do país? Como integrá-los? Como definir e dinamizar estratégias?

Foi abordado o acentuado processo de envelhecimento da população das zonas rurais, que agrava o problema do despovoamento, tendo sido destacada a necessidade de atrair imigrantes jovens, ilustrando com exemplos de empresas que promovem processos de recrutamento de estrangeiros para garantir a mão-de-obra necessária ao seu funcionamento. Foi ainda criticada a atenção excessiva da comunicação social dada a casos pontuais de criminalidade ou delinquência por parte da população estrangeira, aproveitada demagógicamente para campanhas anti imigração.

Ainda sobre o envelhecimento foi destacada a necessidade de desmistificar ideias pré-concebidas sobre a entrada na terceira idade e na reforma, sendo nomeadamente referido “os contribuintes as pessoas idosas podem ter no dinamismo das comunidades”.

A discussão abordou, em paralelo, as propostas de reorganização do espaço rural, nomeadamente para concentração da população das aldeias e vilas mais pequenas nas sedes de concelho, incluindo em áreas do litoral. Em contraposição a esta visão foi defendida uma maior descentralização e proximidade dos serviços às comunidades.

Os participantes concluíram sobre a necessidade de uma maior sensibilidade das comunidades para a questão da imigração, da gestão das diferenças culturais e a promoção do respeito e entendimento mútuos, destacando-se o papel que as ADL podem desempenhar nos territórios rurais.



## INICIATIVAS DAS ADL NA INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES NOS TERRITÓRIOS RURAIS

### O CASO DO CLAIM DE CHAVES, DINAMIZADO PELA AD RAT

A AD RAT dinamiza desde 2007 um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM). A missão passa por fortalecer a coesão social e contribuir para a construção de uma sociedade mais integrada e multicultural, facilitando o acesso a serviços de apoio e promovendo o entendimento e a convivência entre diferentes culturas. Os serviços prestados, com o objetivo de criar um ambiente acolhedor e inclusivo para os migrantes, incluem atendimento em questões legais (habitação, emprego, saúde, entre outros); articulação e mediação entre a população imigrante e diversas entidades, tanto locais quanto nacionais; sensibilização da opinião pública sobre temas relacionados com a imigração e a interculturalidade.

O CLAIM de Chaves, resultante de uma parceria entre o ACM – Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (atualmente AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P.), é um espaço importante para o apoio e integração das comunidades migrantes na região do Alto Tâmega. O gabinete funciona nas instalações da AD RAT e é constituído por um mediador responsável pelo atendimento aos imigrantes, complementando-se com a articulação com serviços diretamente relacionados com a população-alvo, nomeadamente a AIMA, I.P., a Segurança Social e os Agrupamentos Escolares, entre outras entidades relevantes a nível regional. Adicionalmente, este CLAIM tem protocolo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Portugal, no âmbito do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração - ARVoRe IX, prestando serviços de proximidade aos imigrantes relacionados com a promoção do direito de retornar em segurança aos seus países de origem.





## POPULAÇÃO MIGRANTE

O concelho de Chaves abriga uma proporção significativa dos migrantes com situação regularizada tanto a nível do distrito de Vila Real como da Região do Alto Tâmega e Barroso, decorrente possivelmente de fatores como oportunidades de trabalho, qualidade de vida, ou de redes comunitárias já estabelecidas.

Em 2021, a composição da população migrante no concelho de Chaves refletia uma forte presença de cidadãos do Brasil, Espanha, França e China, que juntos representavam mais de 75% dos migrantes regularizados na região. Essa distribuição destaca a diversidade de fluxos migratórios, influenciados por laços históricos, culturais e económicos.

Contudo, a atual situação geopolítica, particularmente a guerra na Ucrânia, e a implementação de novas políticas de incentivo à imigração em Portugal, sugerem que este perfil migratório poderá mudar significativamente nos próximos anos. Com a crise humanitária provocada pelo conflito, registou-se um aumento de migrantes provenientes da Europa de Leste, como ucranianos e cidadãos de outros países vizinhos, procurando segurança e melhores oportunidades. Monitorar as tendências e ajustar as estratégias será crucial para garantir que o concelho de Chaves continue a ser um local acolhedor e inclusivo para todos os migrantes, independentemente da sua origem.

Importa ainda referir que muitos dos migrantes vêm para esta NUTS III, mais concretamente para o concelho de Chaves, por causa da habitação - arrendamentos mais baratos e processo de arrendamento mais facilitado - e outros chegam à região devido a redes mais ou menos formais entre as comunidades (ex: comunidade em Montalegre, por questões religiosas, ou outro caso como o dos “enganados”, que chegavam a Chaves através de processos menos comuns, aliciados por terceiros).

Maioritariamente, a intervenção do CLAIM de Chaves tem realizado atendimentos no âmbito da regularização, programa de retorno voluntário e pontualmente situações de acesso à saúde.

No âmbito do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, importa referir que a nível da zona norte apenas Braga, Chaves, Porto e Aveiro têm protocolo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), pelo que recebem muitos encaminhamentos de outras organizações.

Para a ADRAT, enquanto agência para o desenvolvimento de todo o território do Alto Tâmega e Barroso, onde Chaves assume a grande centralidade, a abordagem solidária e inclusiva do conjunto migrante assume grande importância, nomeadamente pelos ganhos culturais, sociais e económicos que podem ser obtidos e em claro benefício de toda a comunidade local.

**ADRAT - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALTO TÂMEGA**



## A EXPERIÊNCIA DO CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES – CLAIM SERPA/PIAS, DA ROTA DO GUADIANA

O CLAIM de Serpa/Pias surgiu em 2018 como uma resposta integrada e concertada, no âmbito do Contrato Local de Segurança, para prestar apoio especializado às diversas comunidades imigrantes que residem ou procuram o município para trabalhar em campanhas agrícolas. Este serviço foi pensado para realizar o acolhimento, encaminhamento e facilitação de apoio jurídico, social e educacional ao imigrante, em articulação com diversas entidades locais e, com o então, Alto Comissariado para as Migrações. Os projetos desenvolvidos eram multifacetados e, para além do atendimento, envolveram, diagnóstico da população imigrante, formação de públicos estratégicos, capacitação e sensibilização dos imigrantes, aprendizagem da língua portuguesa e eventos de promoção do diálogo e da interculturalidade. O vídeo <sup>1</sup>**SerpAcolhe** espelha a experiência.

O CLAIM Serpa/Pias funcionou de forma ininterrupta entre o dia 6 de fevereiro de 2018 e o dia 31 de dezembro de 2023 e, durante este período, encontrámos sempre suporte financeiro para manter os serviços de atendimento a funcionar, e com resultados muito satisfatórios, que nos dão conta da dinâmica local migratória. No caso concreto, em 6 anos (2018-2023), acolhemos 1.375 imigrantes Nacionais de Países Terceiros (média de 230 pessoas por ano), aos quais, foram realizados 3.978 atendimentos (média de 660 atendimentos por ano), ou seja, globalmente e em média, os imigrantes recorreram aos serviços pelo menos duas vezes. Em termos de origem dos imigrantes, dominam países como o Brasil, a Índia, o Paquistão, a Moldávia, o Senegal e Timor-Leste, cujas posições de liderança variam ao longo dos anos.

Localmente o crescimento de imigrantes no município de Serpa é indissociável da expansão da agricultura intensiva de regadio, em particular, das culturas do olival, amendoal e vinha. Estes trabalham, não apenas nas explorações situadas no município, mas também nas situadas nos concelhos limítrofes, como Beja, Moura e Ferreira do Alentejo. Esta rotatividade está associada aos negócios que os angariadores de mão-de-obra estabelecem com os proprietários agrícolas e, nalgumas épocas do ano, podem deslocar-se para outras zonas do país, (Odemira, Tavira, Oeste) para a apanha de frutos vermelhos e para a cultura da batata e cebola. A fixação destas pessoas no concelho é indissociável da existência de alojamentos vagos, e a sua permanência é sazonal,

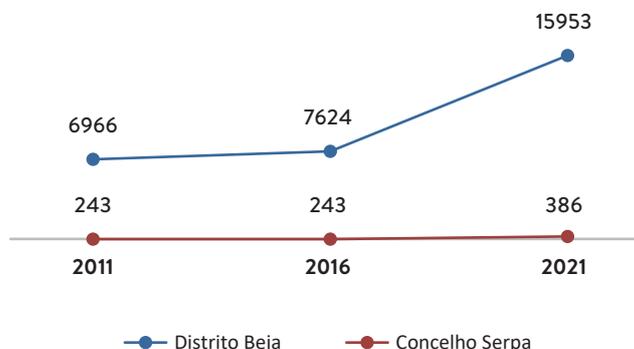


<sup>1</sup> Disponível para consulta em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cg2fS0ruOf0>



já que se trata de indivíduos em trânsito (no espaço nacional e europeu), que chegam no quadro de redes de recrutamento de mão-de-obra nos países de origem, e que aqui se estabelecem em função da sazonalidade das produções agrícolas.

Figura 1 - Evolução da população estrangeira no município de Serpa e distrito de Beja, 2011-2021



Fonte: SEF, Estatísticas Anuais, 2011, 2016, 2021

A tabela acima mostra que a população estrangeira na região e no município tem aumentado, sendo a variação 2011/2021, no distrito de Beja, em 129% (+ 8987 indivíduos) e no município de Serpa, nos 58% (+143 indivíduos). Em 2021, a população estrangeira residente no município de Serpa representava 3,4% da população total.

As transformações ocorridas em outubro de 2023, ao nível das estruturas nacionais decorrentes da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e do ACM, com a criação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), têm tido fortes implicações nas pessoas e nas organizações que trabalham nestas matérias e que estão ainda por discutir e refletir a nível local e regional.

Neste contexto, importa refletir sobre as relações entre migrações e desenvolvimento, nomeadamente sobre os seus impactos em territórios do interior de baixa densidade. Um dos impactos mais positivos está relacionado com a diversidade cultural e social: a presença de imigrantes nos territórios rurais estimula a abertura à diferença e desafia as comunidades migrantes e a sociedade de acolhimento, a desenvolver estratégias de diálogo intercultural e de promoção da inclusão. No caso do Alentejo, a vinda de imigrantes tem ajudado a combater o êxodo rural e o declínio demográfico, por via da fixação de famílias, que encontram na região oportunidades de vida e trabalho, em segurança. Para os empregadores locais e, num contexto de escassez de trabalhadores, é uma oportunidade de captação e fixação de mão-de-obra. As escolas também se veem implicadas neste esforço de inclusão, e são desafiadas a criarem estratégias de acolhimento das crianças e a disponibilizarem aulas de português aos adultos. Contudo, estas mudanças locais não estão isentas de problemas e de riscos: riscos de intolerância, de discriminação e de incitamento ao ódio. Em síntese, as migrações podem ser um motor de desenvolvimento local, estimulando a criação de redes locais de apoio à integração, envolvendo a educação, a saúde, a ação social e os agentes económicos, garantindo que os migrantes tenham acesso aos direitos e oportunidades, e que os impactos negativos sejam minimizados.



**FILOMENA MACHADO**

ROTA DO GUADIANA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO



## BIBLIOGRAFIA

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, IP - Plano Estratégico para as Migrações. Lisboa: Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2015, de 20 de março. Disponível em: [https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM\\_net.pdf](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf)

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo – Relatório de Migrações e Asilo 2023, 2024. Disponível em: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>

Comissão Europeia, Inquérito Eurobarómetro “Integration of immigrants in the European Union”, 2018. Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2169>

COSTA, Ana Paula - Imigração e a discriminação na habitação em Portugal Relatório do Projeto #MigraMyths - Desmistificando a Imigração 4ª Edição. Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa, 2023. Disponível em: [https://casadobrasilidelisboa.pt/wp-content/uploads/2024/MM\\_relatorio2023\\_digital\\_v7.pdf](https://casadobrasilidelisboa.pt/wp-content/uploads/2024/MM_relatorio2023_digital_v7.pdf)

COSTA, Ana Paula; PAULA, Cyntia - Experiências de Discriminação na Imigração em Portugal - Um diagnóstico elaborado pelo Projeto: #MigraMyths - Desmistificando a imigração. Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa, 2020. ISBN 978-989-3313-45-9. Disponível em: [https://casadobrasilidelisboa.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relat%C3%B3rio\\_MigraMyths\\_singlepage.pdf](https://casadobrasilidelisboa.pt/wp-content/uploads/2021/03/Relat%C3%B3rio_MigraMyths_singlepage.pdf)

DELAUNAY, Morgane - Portugal e o regresso dos colonos de Angola e Moçambique, *Cidades* [Online], 44 | 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/5728>

DRAKE, B. Changes in North Atlantic Oscillation drove Population Migrations and the Collapse of the Western Roman Empire. *Sci Rep* **7**, 1227 (2017). Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-017-01289-z>

ESTRELA et al - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), 2022. ISSN: 2183-2935. Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2021.pdf>

Eurocid – Centro de Informação Europeia Jacques Delors - A UE e os Fluxos Migratórios, s.d. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/ue-e-os-fluxos-migratorios>

Eurocid - Centro de Informação Europeia Jacques Delors - Breve história da migração na UE. Enquadramento - Pequeno resumo sobre a emigração e imigração no continente europeu, s.d. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/breve-historia-da-migracao-na-ue>

FERREIRA, Tânia - Factores da Evolução Demográfica. Lisboa: Instituto Camões, 2007. (Universidade Aberta – Curso de Geografia Humana de Portugal). Disponível em: [https://www.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas\\_comunicacao\\_em\\_portugues/Geografia/Geografia%20-%20Factores%20da%20Evolucao%20Demografica.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/Geografia/Geografia%20-%20Factores%20da%20Evolucao%20Demografica.pdf)

Fundação Francisco Manuel dos Santos – Barómetro da Imigração: Perspetivas dos Portugueses, 2024. Disponível em: <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/barometros/barometro-da-imigracao-perspetiva-dos-portugueses>

GASPAR, Sofia - Percursos migratórios e trajetórias de vida de descendentes de imigrantes chineses, *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 87 | 2018, posto online no dia 22 maio 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/4689>

GÓIS et al - Casa Comum: Migrações e Desenvolvimento em Portugal, Avançar nas Práticas: Rumo à Inclusão e Coesão Territorial. Lisboa: Cáritas Portuguesa, 2019. Disponível em: [https://caritas.pt/wp-content/uploads/2019/05/Casa-Comum\\_pt\\_digital.pdf](https://caritas.pt/wp-content/uploads/2019/05/Casa-Comum_pt_digital.pdf)



GOUCHER, Candice; WALTON, Linda - Migração Humana História mundial em movimento. História Mundial: Jornadas do Passado ao Presente. Disponível em: [https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/bd03de96ed684d07ad2715011ded84ca?access\\_token=b44a17d-6-3135-458b-b486-f2fbb39c12c5](https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/bd03de96ed684d07ad2715011ded84ca?access_token=b44a17d-6-3135-458b-b486-f2fbb39c12c5)

INE - Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População 2021 – Resultados Definitivos: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOES-pub\\_boui=65586079&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOES-pub_boui=65586079&PUBLICACOESmodo=2)

LEAKE, Richard - A origem da espécie humana. Disponível em: [https://www.academia.edu/34194194/A\\_Origem\\_da\\_Especie\\_Humana\\_Richard\\_Leakey\\_pdf\\_PDF](https://www.academia.edu/34194194/A_Origem_da_Especie_Humana_Richard_Leakey_pdf_PDF)

MIRANDA, Ana - O sudoeste do Gharb Al-Andalus nos séculos VII e IX: relações sociais e território. Disponível: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4492/6/ulfi099682\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4492/6/ulfi099682_tm.pdf)

Observatório da Emigração - Estimativas e dados globais, s.d. Disponível em: <https://observatorioemigracao.pt/np4/1315/>

OLIVEIRA, Carlos Barbosa - Portugal: os movimentos no tempo. Suplemento da Revista Dirigir nº 10. Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2009. Disponível em: [https://www.iefp.pt/documents/10181/702845/DIRIGIR\\_107\\_SEPARATA.pdf/3ea485a7-8392-422f-9afd-0ced30088e3c](https://www.iefp.pt/documents/10181/702845/DIRIGIR_107_SEPARATA.pdf/3ea485a7-8392-422f-9afd-0ced30088e3c)

OLIVEIRA, Catarina; GOMES, Natália – Indicadores de Integração de Imigrantes – Relatório Estatístico Anual 2018. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), 2018. ISBN 978-989-685-096-8. Disponível em: <https://migrant-integration.ec.europa.eu/sites/default/files/2018-12/RelatrioEstatsticoAnual2018IndicadoresdeIntegraodelmigrantes.pdf>

ORTA et al – A imigração em Portugal na atualidade. Quaderns d’animació i Educació Social, Revista semestral para animadoras e educadores sociais; VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Lisboa, 2019. ISSN: 1698-4404. Disponível em: [https://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/treinta/index\\_htm\\_files/A%20imigracao%20em%20Portugal.pdf](https://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/treinta/index_htm_files/A%20imigracao%20em%20Portugal.pdf)

PADILIA, Beatriz; ORTIZ, Alejandra – Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e Desafios. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 159-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/VgJxSRjsTTzndXdxPpkHYHD/?format=pdf&lang=pt>

PEIXOTO et al - Introdução ao estudo – Migrações e sustentabilidade demográfica: perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2017. Disponível em: <https://ffms.pt/sites/default/files/2023-05/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20estudo%20Migra%C3%A7%C3%B5es%20%28PDF%29.pdf>

Pew Research Center. Being Christian in Western Europe - Nationalism, immigration and minorities, 2017. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2018/05/29/nationalism-immigration-and-minorities/>

SALGUEIRO, Rosário; “Portugal com 1,1 milhões de estrangeiros. OCDE regista níveis históricos de imigração legal”; RTP Online, 2023. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-com-11-milhoes-de-estrangeiros-ocde-regista-niveis-historicos-de-imigracao-legal\\_n1523739](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-com-11-milhoes-de-estrangeiros-ocde-regista-niveis-historicos-de-imigracao-legal_n1523739)

SAMPAIO, Dora - Migrações pós-reforma em áreas de baixa densidade do Algarve: um olhar da geografia na perspectiva do desenvolvimento local. Tese (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6032>

SILVA, Ana Catarina Cruz – Turismo, Sustentabilidade e Inclusão Social: Uma visão atualizada dos impactos socioculturais do turismo nos bairros históricos de Lisboa. Tese (Mestrado em gestão do Turismo) - Faculdade de Ciências Sociais e Tecnologia, Universidade Europeia. Lisboa, 2023. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/50218/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20M-GT%20-%20Ana%20Cruz%20Silva.pdf>



SILVA, Estefânia; CASIMIRO, Cláudia (Eds); Migrações, Famílias e Desigualdades. Lisboa: ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2023. ISBN 978-989-646-167-6. Disponível em: [https://www.eeagrants.gov.pt/media/6557/ebook\\_versaofinal.pdf](https://www.eeagrants.gov.pt/media/6557/ebook_versaofinal.pdf)

Sociedade de Consultores AUGUSTO MATEUS e ASSOCIADOS – O Mundo Rural e o Desenvolvimento Económico e Social de Portugal: Uma Agenda para o futuro. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2017. ISBN 978-972-8285-94-4. Disponível em: <https://www.cm-idanhanova.pt/media/285849/Estudo%20Mundo%20Rural.pdf>

SOLIMANO, Andrés; Watts, Nathalie - International migration, capital flows and the global economy: a long run view. Santiago, Chile: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2005. ISBN: 92-1-121538-2. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/281f7e8f-c927-4c18-a970-636387899f30/content>

WEEKS, John Population: an introduction to concepts and issues, 2012. Disponível em: <https://dokumen.pub/population-an-introduction-to-concepts-and-issues-13nbsped-0357360575-9780357360576.html>

